

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 19 - maio/outubro 2018

Editorial

2018 é ano europeu do Património Cultural, no âmbito do qual se inscrevem as atividades que temos programadas e já em curso, com parceiros locais – munícipes, coletividades e empresas – que connosco partilham projetos, memórias, histórias que fazem do nosso território um local de conhecimento progressivamente mais amplo e intergeracional. Em destaque estão, este ano e neste número do boletim *+museu*, quatro projetos que interagem com variados atores locais e nacionais, refletindo uma estratégia contínua de aprofundamento de saberes sobre a nossa comunidade, de modo a garantir que o usufruto do Património Cultural, da nossa paisagem, dos nossos sons e formas de viver são pensadas e valorizadas.

Apresentamos uma síntese dos resultados do programa PRARRÁBIDA, que visa valorizar os sítios arqueológicos concelhios, inscrito no território Arrábida. Com as ações desenvolvidas, alargou-se e pode agora divulgar-se mais saber acerca dos sítios, salvaguardam-se os mesmos e dão-se outras condições de usufruto os nossos munícipes e turistas que afluem à nossa terra, através de sinalética e de estruturas de lazer e bem-estar a que chamamos *serradolouroóculo*.

Falamos da investigação em curso sobre a importância da música no nosso concelho e – em particular – da gaita-de-foles: estamos a (re)descobri-la. Falamos, também, do projeto Álbum de Família – que envolve o museu, a biblioteca, o arquivo, coletividades e juntas de freguesia –, que continuamos a realizar nas nossas freguesias para que, pela via do encontro e da partilha de imagens «lá de casa», saibamos mais de História Local.

Em destaque, em 2018, uma exposição que celebra os 80 anos sobre a extraordinária experiência de passar da escuridão para a luz elétrica no nosso concelho, no espaço público, num primeiro momento, e no quotidiano doméstico, posteriormente. Inaugurada no Dia Internacional dos Museus, a exposição acerca de um tema com uma forte incidência no quotidiano de todos nós, convida a conhecer o longo caminho traçado pela electricidade entre 1938 - quando a experiência da iluminação pública elétrica chega, aos núcleos urbanos de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo – até ao pós-25 de Abril, momento a partir do qual a electricidade chegou, de facto, aos vários pontos do concelho, após o trabalho realizado pelo Poder Local democrático com as comissões de moradores, e a empresa distribuidora de energia. A exposição, patente até fevereiro próximo, permitir-nos-á, com atividades direcionadas para vários segmentos de público, conhecer esta História e sensibilizar para a necessidade de poupar energia e dar a conhecer a energia elétrica, que hoje queremos tornar sustentável e mais eficiente.

Deixamos convites: visite a exposição, participe nas atividades em agenda e usufrua dos sítios arqueológicos valorizados, na serra do Louro, através do percurso *serradolouroóculo*!

O que fazemos, é para Si, pois somos Serviço Público!

O Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro



80 ANOS de
ILUMINAÇÃO
PÚBLICA
ELÉCTRICA

PALMELA 1938.
“Finalmente, a Luz!”

18 de maio
Dia Internacional dos Museus

Galeria da Biblioteca Municipal de Palmela
18.maio.2018 a 28.fevereiro.2019

Horário:
3.ª e 6.ª feiras – 10h30 às 20h00 – 4.ª feira e sábado – 14h00 às 19h00
5.ª feira – 10h30 às 19h00 • Encerra aos domingos, 2.ª feiras e feriados

Apresentado por: 



Em investigação

Percursos da Gaita de Foles no concelho de Palmela (parte I)

Na passada edição do Festival Internacional de Gigantes ¹, que decorreu em julho de 2017, foi apresentada a nova maleta pedagógica do Museu Municipal de Palmela: «Gaita-de-foles».



A Gaita de foles é um instrumento de música popular e tradicional que, ao longo dos séculos, tem ecoado no concelho de Palmela pela mão dos Círios. Hoje, impulsionado pela escola de formação de gaiteiros do Grupo do Sarrafo «Bardoada», dissemina-se em novas sonoridades e em novos palcos. A aposta neste novo recurso tem como objetivo tornar acessível informação sobre o instrumento para que cada um possa descobrir ou redescobrir este património cultural. A maleta pedagógica é constituída por dois cadernos: o primeiro apresenta informação sobre a música, o instrumento e as práticas performativas a que está associado; o segundo integra propostas de atividades que podem ser trabalhadas em variados contextos.



Os dois cadernos estão também disponíveis, em formato digital, na página do issuu.com do Museu Municipal de Palmela

Foram várias as pessoas ² que participaram na sua construção. Os conhecimentos e experiências que partilharam foram fundamentais para que a maleta tomasse corpo e para que possa vir a cumprir os seus objetivos principais: dar a conhecer este importante instrumento musical tradicional, provocar a experiência e estimular a participação da comunidade, seja por via da construção de instrumentos, da dança, do canto ou da percussão.

A **Gaita-de-foles** reinscreveu-se nas práticas performativas locais ao longo das duas últimas décadas. Embora este instrumento tenha tido uma utilização ininterrupta, que podemos com alguma segurança fazer recuar, pelo menos, à constituição dos Círios à Nossa Senhora da Atalaia ³, no final do século passado existia uma forte incerteza quanto à sua continuidade. A circunstância das práticas performativas dos gaiteiros era exclusivamente a das Festas tradicionais, ligadas sobretudo aos Círios, e os músicos deste instrumento eram em número reduzido e de idade avançada. Não existia, portanto, um cenário que permitisse perspetivar e garantir a sua continuidade. No final do século XX deu-se uma inversão do percurso que permitiu resgatar o instrumento, inscrevendo-o também em novos contextos performativos, pelo que o número de praticantes cresceu exponencialmente. Este itinerário não é apanágio apenas do concelho de Palmela. Foi, aliás, estimulado por influxos de um país que, em contexto de pós-modernidade, se movimenta na procura e no resgate de si.



Peditório do Círio de Quinta do Anjo para a Nossa Senhora da Atalaia. Início do século XX. Fotografia: José Artur Bácia. Arquivo Municipal de Palmela

¹ O FIG decorre de dois em dois anos, no Pinhal Novo. A próxima edição será em 2019.

² Ana Brás (professora de música); Ana Paula Guimarães (IELT - Universidade Nova de Lisboa); Ana Pereira (presidente da Associação para o Estudo e Divulgação da Gaita de foles); Domingos Morais (etnomusicólogo); Inacio Vilariño (ator e ilustrador); Leônia Oliveira (professora de danças tradicionais); Madalena Batista (professora de música); Mário Estanislau (construtor de gaita de foles); Paulo Tato Marinho (músico e professor); Vicente Camelo (musicoterapeuta); Victor Félix (construtor de gaita de foles); Zé Negreiros (instrumentista)

³ O primeiro Círio do concelho de Palmela ao Santuário da Atalaia, de que existe referência, data de 1611 (Marques, 1996). O círio de Palmela terminou em 1963, ano em que se realizou pela primeira vez a Festa das Vindimas, na vila de Palmela, cuja data foi coincidente. Desde então, a Festa das Vindimas prevaleceu sobre a anterior tradição. O Círio de Quinta do Anjo foi criado em 1723. Os Círios da Carregueira e dos Olhos de Água surgiram, respetivamente, em 1833 e 1854. Estes dois círios situam-se na freguesia de Pinhal Novo, cuja história é mais recente do que a das duas freguesias referidas anteriormente. Pinhal Novo sofreu um desenvolvimento acentuado a partir da segunda metade do século XIX, com a exploração agrícola da Herdade de Rio Frio e com a instalação de uma estação ferroviária. Ambos trouxeram maior dinamismo ao lugar com a mobilidade de um significativo número de pessoas, de outras regiões do país. Este facto explica as datas de origem dos Círios desta freguesia, dada a Festa em Honra da Nossa Senhora da Atalaia, recuar, pelo menos, até 1504.

Neste artigo contextualizo os processos de folclorização em Portugal que, desde o final do século XIX, intervieram no repertório do povo. Na segunda parte passarei a descrever as práticas do grupo de Gaiteiros do Círio dos Olhos d'Água, cujo percurso tenho acompanhado ao longo dos últimos meses. Embora o Círio, no decurso da sua história, tenha corporizado transformações, admito que a descrição que farei corresponde, na sua forma mais genérica, a uma mesma prática secular pelo que permitirá entender o papel que os gaiteiros têm ainda hoje. Finalmente, abordarei os novos contextos de mudança que têm possibilitado a reintrodução da gaita de foles e o crescimento do número de tocadores no concelho de Palmela.

1. O repertório do povo e a folclorização em Portugal

O Folclore, surgido de um movimento no Centro da Europa influenciado pela Revolução Francesa, expressava a ideia de Nação. Era considerado um dos elementos de representatividade do povo, a par da língua e do território. Na segunda metade do século XIX, Portugal, seguindo estes pressupostos, iniciou a jornada de procura da identidade nacional num processo laico de construção da nação. Nasce o conceito de povo, o grande bastião que vai substituir a monarquia cristã. Neste processo, os intelectuais cosmopolitas assumem a necessidade premente de resgatar a nação portuguesa. Está patente a ideia de que quando os mais velhos morrerem – as comunidades de prática (Taylor, 2008) e detentores da tradição - levam consigo os saberes. É, pois, necessário recolher e colecionar avidamente num processo cumulativo de conhecimento. Nesta conceção positivista da sociedade, o povo é válido enquanto transmissor e não como criador.

O termo folclore foi utilizado pela primeira vez, em Portugal, por Adolfo Coelho (filólogo), em 1875. Em 1905 nasce a Sociedade Portuguesa de Folk-lore ⁴. Adolfo Coelho, Teófilo de Braga, Oliveira Martins, defensores de um movimento de regeneração da vida portuguesa através da adesão às novas ideias democráticas e da europeização de Portugal, ambicionavam o resgate/construção de uma nação em alternativa à ação monárquico-cristã. Propuseram então a identificação e recolha das idiossincrasias do que consideravam a matriz do povo português. É neste contexto que emerge a etnografia.

No Estado Novo, o folclore adquire um novo significado instituído pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Tratou-se de um projeto de objetificação cultural por meio de um processo de recolha associado a um comportamento paternalista e autoritário do Estado. No campo da

música, destaca-se a figura de Armando Leça que promoveu uma importante recolha sonora em 1939/40. Resultado das recolhas deste período, o património musical português foi amputado ao serem selecionados repertórios em detrimento de outros que, na opinião vigente, não se adequavam à ideia pré-definida de povo. O folclore passa a ser dirigido de fora para dentro e passa a corresponder aos modelos da música erudita: encenação em sala, introdução da figura do maestro... alterando radicalmente a performance: desaparecem os contextos de campo e de espontaneidade.

Neste período, o folclore vai ser altamente instrumentalizado. O concurso a «Aldeia mais portuguesa de Portugal», pelas mãos de António Ferro, em 1938, é um dos exemplos mais pragmáticos. O concurso teve um enorme impacto no processo de folclorização porque instituiu um modelo multiplicador, alterando comportamentos e regras sociais. O folclore ajudou a materializar uma visão do mundo.

Ainda durante este período surgem vozes discordantes que procuraram contrariar este movimento. Michel Giacometti, fundador dos Arquivos Sonoros Nacionais, em 1960, e responsável por uma intensa campanha de recolha até 1982, afirma que «acham-se frequentemente arredados das recolhas (...) as canções que registam as pulsações íntimas do homem rural» (1981: 7) ⁵. Também Lopes Graça combateu o que considerava ser uma apropriação abusiva das práticas do «povo português» pelo regime ditatorial, reservando para os etnógrafos e artistas o papel de identificar e de elevar esse substrato. (cit por Pestana e Ribeiro, 2014: 34) Jorge Dias, entre outros, apelava igualmente a uma investigação etnográfica capaz de identificar a expressão de autenticidade e de espontaneidade das manifestações populares que considerava estarem a perder-se e a deturpar-se. (cit. Branco, 2010: 378 in Pestana e Ribeiro, 2014)

Domingos Morais (etnomusicólogo) a este respeito refere:

«A riqueza da música portuguesa, que é reconhecida, não é um chauvinismo, é de facto qualquer coisa que é reconhecido, mesmo internacionalmente. A diversidade que nós temos não era valorizada [anos 60/70 do século XX]. Por exemplo, os programas de rádio ou de televisão, certo tipo de música não passava, pura e simplesmente. (...) Havia quase que uma imagem da música popular que era a música dos ranchos do norte do país, do Minho, ou do corradinho do Algarve, e tudo o resto era como se não existisse. Ou seja, não havia encomendações das almas, não havia romances, não havia orações, não haviam os cantos de colheita, não haviam cantos de trabalho, quer dizer, era de facto um arrasar, digamos,

⁴ Alfredo Ferreira de Faria, jornalista e etnógrafo, foi o seu fundador. Lançou um inquérito por correspondência.

⁵ Giacometti, Michel, Graça, Lopes (1981) *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa: Círculo de Leitores

um ignorar de toda uma realidade que, felizmente, persiste, por aquilo que eu chamo «a resiliência do povo». Quer dizer, tal como nós temos um a língua e falamos o português à revelia daquilo que teria acontecido em relação, digamos, à predominância do castelhano na Península, também temos uma cultura popular em que a música e o teatro e literatura popular são muito presentes, porque felizmente há uma resiliência popular. Há uma transmissão pelas pessoas mais humildes do nosso país. Pessoas, muitas delas iletradas, em que esse conhecimento, esse saber, fazia parte da sua identidade, e fazia parte até, digamos, de uma sobrevivência comunitária.» (ent. Domingos Moraes, 2016) ⁶

Francisco D'Orey sustenta ser preciso recuperar o folclore verdadeiro, como prova da mentira do regime. Dá-se uma refundação do folclore e uma reconfiguração do modelo de pesquisa e de recolha, num forte investimento na participação cívica e na recusa de tutelas paternalistas. Os grupos folclóricos multiplicam-se após o 25 de Abril.

Já no século XXI, Castelo-Branco e Freitas Branco (2003) propõem o termo folclorização para referir o «processo de construção e de institucionalização de práticas performativas tidas por tradicionais, constituídas por fragmentos retirados da cultura popular, em regra geral» (2010: 508). O novo vocábulo «privilegia os quadros de sentidos em que se operam as práticas, e as noções sobre o termo». (Pestana e Ribeiro, 2014: 39)

Esta nova abordagem epistemológica é contemporânea de um mundo pós-moderno, onde «the past is now not a land to return to in a simple politics of memory. It has become a synchronic warehouse of cultural scenarios, a kind of temporal

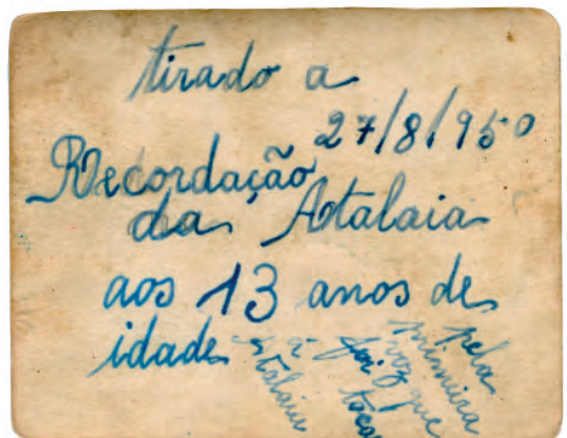
central casting, to which recourse can be taken as appropriate, depending on the movie to be made, the scene to be enacted, the hostages to be rescued.» (Appadurai, 1996: 30)

Na emergência de um mundo global, por ironia emerge, talvez na mesma proporção, a especificidade das culturas locais como formas de resistência. «The central problem of today's global interactions is the tension between cultural homogenization and cultural heterogenization. (Appadurai, 1996: 31) Para fazer face à homogeneização, que se teme, as culturas locais reconfiguram sentidos e recriam performances. «New setting are maneuvered in to existing repertoires of knowledge and practice.» (Appadurai, 1996: 43) Appadurai coloca a questão da seguinte forma: «how do small groups, especially families, the classical loci of socialization, deal with these new global realities as they seek to reproduce themselves and, in so doing, by accident reproduce cultural forms themselves? In traditional anthropological terms, this could be phrased as the problem of enculturation in a period of rapid culture change.» (1996: 43)

Neste mundo de consumo veloz, onde o local compete com o global, as comunidades locais reformulam-se e ativam os seus repertórios tradicionais para constarem, também, no mapa cultural global, num novo cenário que Barbara Kirshenblatt-Gimblett denomina por «Destination Culture» ⁷.

(A bibliografia constará na segunda parte deste artigo, que sairá no próximo número deste boletim.)

Teresa Sampaio, Antropóloga
Museu Municipal de Palmela



Fotografia cedida por Desidério Macau, ao Arquivo Municipal de Palmela.

⁶ Entrevista realizada pelo Museu Municipal de Palmela.

⁷ Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1998) *Destination Culture*. California: University Press

Em destaque

Da investigação científica à promoção turística do património arqueológico da Arrábida (concelho de Palmela)



Património Arqueológico da serra do Louro

«PRARRÁBIDA - Valorização de Sítios Arqueológicos»

O projecto estruturou-se em torno das potencialidades da região Arrábida, território com elementos naturais, paisagísticos e culturais ímpares e de relevo turístico, cultural e científico, e contou com financiamento no quadro da operação PRARRÁBIDA – Valorização dos Sítios Arqueológicos, à qual se candidataram os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, no eixo 4 do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 (PORLisboa2020) e na prioridade de investimento 6.3. «Conservação, protecção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural».

O Património Arqueológico da Arrábida é a base da narrativa deste projecto, muito em particular, o monumento funerário das Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo) e a Alcaria do Alto da Queimada, duas referências patrimoniais incontornáveis do concelho de Palmela.

A necrópole de Casal do Pardo, verdadeira embaixadora do nome Palmela além-fronteiras está classificada, como Monumento Nacional desde 1934, e é um dos monumentos paradigmáticos do «megalitismo» no quadro da Pré-História Peninsular, reconhecido à escala europeia como um complexo regional do campaniforme: o «Tipo Palmela».

Situada no ponto altimétrico mais pronunciado da serra do Louro, a Alcaria do Alto da Queimada reúne informações sobre o quotidiano islâmico e dos costumes religiosos e culturais da cultura árabe. É em contexto peninsular dos poucos sítios islâmicos que possui na sua estrutura uma pequena sala de oração datada do século IX-X.

Os dois arqueossítios gozam de uma localização privilegiada, nos limites do Parque Natural da Arrábida e de um enquadramento paisagístico ímpar, cuja vulnerabilidade a que estão expostos, impunha dar continuidade aos trabalhos de valorização e musealização, garantindo o acesso e fruição pública, sem banalizar a sua essência e, sempre respeitando os princípios de autenticidade e de integridade dos seus valores, gerando simultaneamente, verdadeiros mediadores culturais, capazes de transmitir mensagens, de cimentar laços e criar emoções com o público.

A intangibilidade da estrutura arqueológica justifica a extrema necessidade de ser interpretada e apresentada, clarificando significados que são geralmente desconhecidos da sociedade, pelo que é determinante investir na promoção do conhecimento sobre a evolução humana do território e das transformações ocorridas na paisagem, reunindo informações que contribuam para saciar esta carência.

Valorizar património arqueológico é na sua essência um trabalho de continuidade, com investimento e investigação constantes, pressupondo entendê-lo como um dos suportes da história da evolução humana e das memórias que lhes estão associadas. A transmissão deste conhecimento e dos seus significados são fundamentais para que possam ser compreendidos, divulgados, socializados e estrategicamente estruturados num modelo de desenvolvimento económico, cultural e turístico sustentável.

Acreditamos que a investigação científica é o ingrediente necessário, para afirmar a Arrábida como lugar de referência turística, distinto do contexto existente e igualmente, atraente ao público local, nacional e internacional, como recurso de qualidade e ancorado no conhecimento e no património, deste que é um território milenar, cuja paisagem cultural e legados históricos resultam de uma relação longa, entre o Homem e a natureza, marcada por sucessivas adaptações e transformações. A visita aos sítios arqueológicos é uma verdadeira viagem no tempo, uma aventura, um desafio, capaz de cativar públicos que procuram um tipo de turismo mais exigente e qualificado, distinto das inúmeras ofertas tradicionalmente disponíveis.

A conservação, valorização e a musealização dos sítios arqueológicos visitáveis de Palmela é por isso, uma prioridade na óptica do turismo cultural da região e dos compromissos assumidos pelo Município dotando os sítios, com intervenções que garantam a sua preservação e uma leitura mais abrangente, intensificando a relação entre a comunidade local e o património em benefício do desenvolvimento da região.

O «PRARRÁBIDA – Plano de Acção para a conservação, valorização e promoção do património histórico, cultural e natural da Arrábida» é composto por um conjunto de acções, entre as quais o projecto de intervenção na Paisagem, operação inicialmente designada por «Espaços de lazer & bem-estar» que deu depois, origem ao projecto de autoria do arquitecto Rui Farinha (Município de Palmela), o #serradolourócubo.

A área de intervenção – serra do Louro / Parque Natural da Arrábida – venceu a pertinência da articulação entre estes dois projectos, que tinham como linha condutora intervir no território, promovendo a leitura da paisagem existente, da evolução da ocupação humana, descodificando mensagens complexas, de modo expedito, descontraído e provocatório, convidando os públicos, a interagir com este lugar, o património, a paisagem, a natureza, enfim... com a Arrábida.

Michelle Teixeira Santos, Arqueóloga
Museu Municipal de Palmela

A autora não segue as normas do novo Acordo Ortográfico.



Ócubo – Alcaria do Alto da Queimada

Os marcos geodésicos da ocupação e fruição da serra do Louro - o PROJETO ÓCUBO

O estudo e a divulgação da memória do território contribui decisivamente para a auto-estima das comunidades locais, podendo mesmo, contribuir de uma forma indirecta para o florescimento de actividades ligadas ao meio ambiente, à fixação da população jovem, e à valorização do património. Através da interpretação de uma porção de território inserido numa área protegida, pretende-se dar corpo a uma intervenção na paisagem que sublinhe o carácter excepcional do lugar.

A paisagem da Arrábida é muito complexa, é um local onde o relevo dá origem a várias unidades de paisagem. No caso concreto, uma linha de fecho que separa duas bacias hidrográficas, o Tejo e o Sado. Uma linha, de onde se consegue avistar a serra de Sintra ao litoral alentejano, retendo-se inesquecíveis variações de cor desde o nascer ao pôr-do-sol.

A presença constante do castelo de Palmela, e do conjunto de moinhos que se distribuem ao longo desta linha, marcam profundamente esta paisagem. Foi aliás, neste local, que uma primeira fortaleza nasceu - uma «rábita» -, num prenúncio de vida.

A serra do Louro insere-se no limite norte da área do parque natural da Arrábida entre a vila de Palmela e da Quinta do Anjo. Trata-se de um lugar com uma narrativa muito complexa, onde a humanização ocorreu de uma forma sábia e sublime, de que os sítios arqueológicos (de grande valor científico) são um importante testemunho, nomeadamente o castro de Chibanes, a alcaria do Alto da Queimada e os Sepulcros da Quinta do Anjo.

O estímulo associado a esta intervenção surgiu da necessidade de construção de uma viagem sensorial, poética, pedagógica, que faça a ponte com a comunidade, que construa uma narrativa e que sublinhe a necessidade de desenvolver e aprofundar conceitos de conservação e de valorização.

O ponto de partida para o desenvolvimento desta proposta de intervenção, assenta na assunção da serra do Louro como, o grande parque «urbano» que liga Palmela à Quinta do Anjo. Sem o formalismo de um equipamento urbano, esta área, incorpora todas as valências mais importantes de uma grande zona verde. A presença da água numa rede de sistemas complexos, o sábio aproveitamento do relevo, a agricultura, a pastorícia, a mata, o património natural, construído, imaterial; todos inseridos num mosaico onde a propriedade privada tem uma presença dominante, configurando uma rede de caminhos estratégicos no funcionamento desta área, contribui para que o lazer e o recreio activo tenham aqui uma expressão muito importante no contexto da toda a região.

A conservação, assume pois, um papel estratégico no processo de gestão deste território. Considera-se determinante, a reflexão em torno deste aspecto, procurando descobrir uma marca, um código, um alfabeto de fácil apreensão, que vinque o carácter do local e funcione como um interface de ligação à paisagem.

O resultado será o aparecimento de novos marcos «geodésicos» em locais estratégicos, convidando à reflexão, ao conhecimento, à descoberta e à valorização de cada recanto desta serra. São 8 estruturas desenhadas em madeira a partir da decomposição de um cubo que pretendem incorporar o espírito de cada lugar.

O sublinhar dos pontos de fuga, do património arqueológico, a interpretação ou a evocação dos lugares, será uma experiência única onde a transmissão de valores contribuirão para o reforço da valorização da Arrábida como um lugar muito especial.

Neste contexto, a serra do Louro é um local fundamental para a descoberta do património natural e construído, e da imaterialidade que lhe está associada.

É uma das portas da Arrábida.

Rui Farinha, Arquitecto Paisagista
Câmara Municipal de Palmela

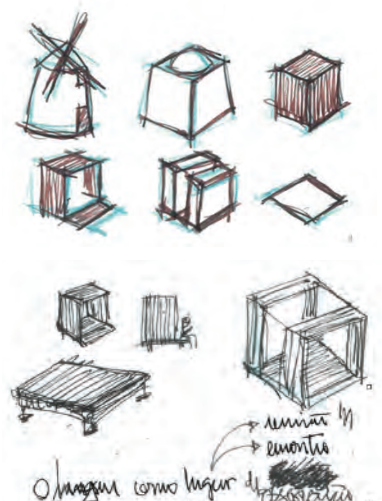
O autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico.



Esquízo 3



Ócubo – Cabeço das Vacas



Esquízo 4

Alcaria do Alto da Queimada. Os trabalhos de Valorização



Perspectiva geral da Alcaria do Alto da Queimada

A alcaria do Alto da Queimada, fiscal e administrativamente na dependência do *hissn* de Palmela, foi um dos povoados rurais do território da Arrábida muçulmana, ocupada entre os séculos VIII-IX e XI (final do califado/início das primeiras taifas). Ao seu papel na estruturação agro-pastoril da região, acresce a intervenção que, por certo, terá tido no contexto das ofensivas Vikings, nos séculos IX e X.

Este sítio, inserido no Parque Natural da Arrábida, ocupa um lugar de destaque paisagístico na região. Situado no ponto mais elevado da serra do Louro, controla visualmente pontos estratégicos do território, como o castelo de Palmela, a serra da Arrábida, a foz do Sado e o *hinterland* para norte e para sul.

As funções de vigia e a defesa desta área geográfica faziam parte do seu quotidiano, combinadas com a prática da agricultura e da pastorícia, sendo por isso determinante prosseguir com a investigação científica do povoado, para melhor compreensão da ruralidade do território num período histórico ainda pouco conhecido.

A compartimentação que estrutura o Alto da Queimada é de tendência rectangular, obtida através da conjugação do talhe da parede de afloramento norte, com a construção de muros de métrica irregular, com pedra seca ou com ligante de terra argilosa, e a utilização de grandes blocos de calcário local, por vezes com alguns espaços amplos. Desenvolve-se ao longo da linha de cumeada, regra geral com as portas viradas a sul, para o Vale de Barris.

É hoje um sítio de referência da Arrábida, com a sua pequena sala de oração, espaço de religiosidade e prática de ensino nos séculos IX – X.

No âmbito dos projectos PRARRÁBIDA – Valorização de Sítios Arqueológicos e Espaços de Lazer e Bem-Estar/serradolouroóculo, promovidos pela Câmara Municipal de Palmela, desenvolveram-se trabalhos, dando continuidade à investigação arqueológica do sector III, de conservação e restauro de algumas estruturas e compartimentos ao longo da alcaria, com vista à musealização do sítio e à sua

valorização. Definiu-se, um percurso de visita/circulação para otimizar a leitura do conjunto patrimonial, mas também para a protecção das estruturas arqueológicas, associando assim a acção preventiva a uma visitabilidade consciente. Está em processo de edição um folheto/guia que ajudará à interpretação do sítio.

Em 2017-18, previamente à instalação do «ÓCubo», no limite nascente do Alto da Queimada, procedeu-se à abertura de uma sondagem arqueológica (Sector III), para o registo e estudo da informação presente no espaço de implantação e circundante do mesmo. Durante o mês de Dezembro, concretizámos o acompanhamento da colocação do equipamento, executado em madeira, em harmonioso diálogo com o património arqueológico e a paisagem envolvente. Constitui uma mais-valia à visita da alcaria, funcionando como apoio à interpretação do sítio, usando palavras-chave que aludem ao património arqueológico e ao espírito do lugar.

As intervenções realizadas decorreram com a direcção científica dos arqueólogos autores do presente artigo.

Isabel Cristina F. Fernandes, Arqueóloga

Museu Municipal de Palmela

João Nunes, Arqueólogo - Palimpsesto, Lda

Eduardo Porfírio, Arqueólogo - Palimpsesto, Lda

Os autores não seguem as normas do novo Acordo Ortográfico.



Trabalhos de conservação e restauro desenvolvidos no sector III

Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela): um projecto de investigação e valorização arqueológica

A necrópole de Grutas Artificiais do Casal do Pardo remonta ao Neolítico final (3200 a 2900 antes da nossa era), mas as quatro grutas conhecidas foram utilizadas durante todo o 3.º milénio.

Inscrevendo-se numa tradição arquitectónica mediterrânica, estes sepulcros incluem práticas funerárias idênticas às do Megalitismo no Centro e Sul de Portugal.

Identificadas e escavadas em 1876 pela Comissão dos Serviços Geológicos, constituem um sítio paradigmático, conhecido da comunidade científica europeia desde o século 19. O importante espólio recolhido nas escavações de 1876 (por António Mendes e Carlos Ribeiro) e 1906-1907 (António Inácio Marques da Costa) encontra-se depositado no Museu Geológico e no Museu Nacional de Arqueologia, respectivamente. Destaque para o notável conjunto de cerâmicas campaniformes, num contexto local de um fenómeno que surge a partir de 2500 antes da nossa Era.

Monumento Nacional desde 1934, é um dos sítios pré-históricos portugueses mais conhecidos em toda a Europa. Tornava-se urgente promover a sua investigação, valorização e divulgação.

A Câmara Municipal de Palmela tem vindo a desenvolver várias iniciativas de dedicadas a este importante património, estando a decorrer um programa de recuperação e valorização. O projecto PRARRÁBIDA – Valorização de sítios arqueológicos – é promovido pela Câmara Municipal de Palmela, com financiamento do PORLisboa2020.

O projecto decorre sob direcção científica dos Professores Victor S. Gonçalves, Ana Catarina Sousa (UNIARQ-WAPS, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) e de Michelle Santos (Câmara Municipal de Palmela), incluindo um vasto programa de investigação e a execução de um projecto paisagístico da responsabilidade do Arquitecto Rui Farinha.

Entre Julho e Novembro de 2017 decorreu uma campanha de escavação no corredor da Gruta 1, tendo sido possível recuperar informação arqueológica actualmente em fase de publicação. O estudo do importante acervo depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Museu Geológico (Lisboa) decorre igualmente desde 2017, com a colaboração de uma vasta equipa multidisciplinar (Antropologia Física, Química, Zooarqueologia...). Os trabalhos de valorização são executados em colaboração com a empresa ArqueoHoje, com projecto paisagístico da Câmara Municipal de Palmela e de apoio à interpretação museológica do sítio, em articulação com o projecto Ócubo, recentemente instalado em vários monumentos e sítios. Brevemente, o público em geral poderá conhecer melhor estes monumentos através de novas publicações, da visita ao local recuperado e de diversas iniciativas de divulgação programadas, a começar este ano, em que se prevê ainda a conclusão dos trabalhos na Gruta 2.

Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa, Arqueólogos e docentes universitários
UNIARQ/FLUL – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Os autores não seguem as normas do novo Acordo Ortográfico.



Aspectos dos trabalhos de 2017 na Gruta 1 do Casal do Pardo

Património Local...

Álbum de Família

O principal caminho para converter o Património Local num instrumento aberto e de futuro passa, basicamente, a meu entender, por dar prioridade absoluta ao capital humano: as pessoas antes das pedras.

PRATS, 2005, p.9

O município de Palmela reforça, com o «Álbum de Família», a importância dada ao registo das histórias individuais e memórias, como contributos para a história coletiva do concelho. Já anteriormente foram realizados projetos/iniciativas neste âmbito: o Arquivo de Fontes Orais do Museu Municipal, criado em 2003, conta com um conjunto amplo e diversificado de entrevistas, num trabalho de continuidade; o ciclo «Conversas de Poial», entre 2009 e 2012, visou a recolha de memórias como fonte primária para a construção da narrativa de uma exposição sobre o Centro Histórico de Palmela; as «Conversas na Aldeia», em Quinta do Anjo, que decorreram nos Tanquinhos, nas Grutas Artificiais e na própria sede da Junta de Freguesia; o Projeto «Uma Imagem, Mil Memórias», iniciado em 2011 pelo Arquivo, que recolhe permanentemente património fotográfico do concelho para digitalização, conservação e divulgação das imagens cedidas por diversas entidades (municípios, freguesias, associações, etc.).

Dando continuidade a este desígnio, surgiu, em 2016, o projeto «Álbum de Família», que tem a particularidade de congregar a Biblioteca, o Arquivo e o Museu Municipal (tendo, no caso da freguesia de Palmela, incluído também o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico). O projeto tem como objetivos divulgar e enriquecer a coleção de imagens antigas do município e compilar informação sobre as mesmas, a partir da recolha de fontes orais, assim como promover a identidade coletiva local e a coesão social do território.

Nestes encontros com a comunidade são projetadas fotografias antigas - do Arquivo ou cedidas por particulares - com o propósito de recolher informação sobre cada uma delas. São de sublinhar as conversas que pairam ao redor de uma fotografia. À identificação dos nomes das pessoas e dos locais, sucede-se o contexto social mais amplo com a evocação de outras pessoas, acontecimentos e memórias, muitas nunca antes lembradas publicamente.



O projeto, nascido em 2016, conta com cerca de 2000 fotografias digitalizadas.

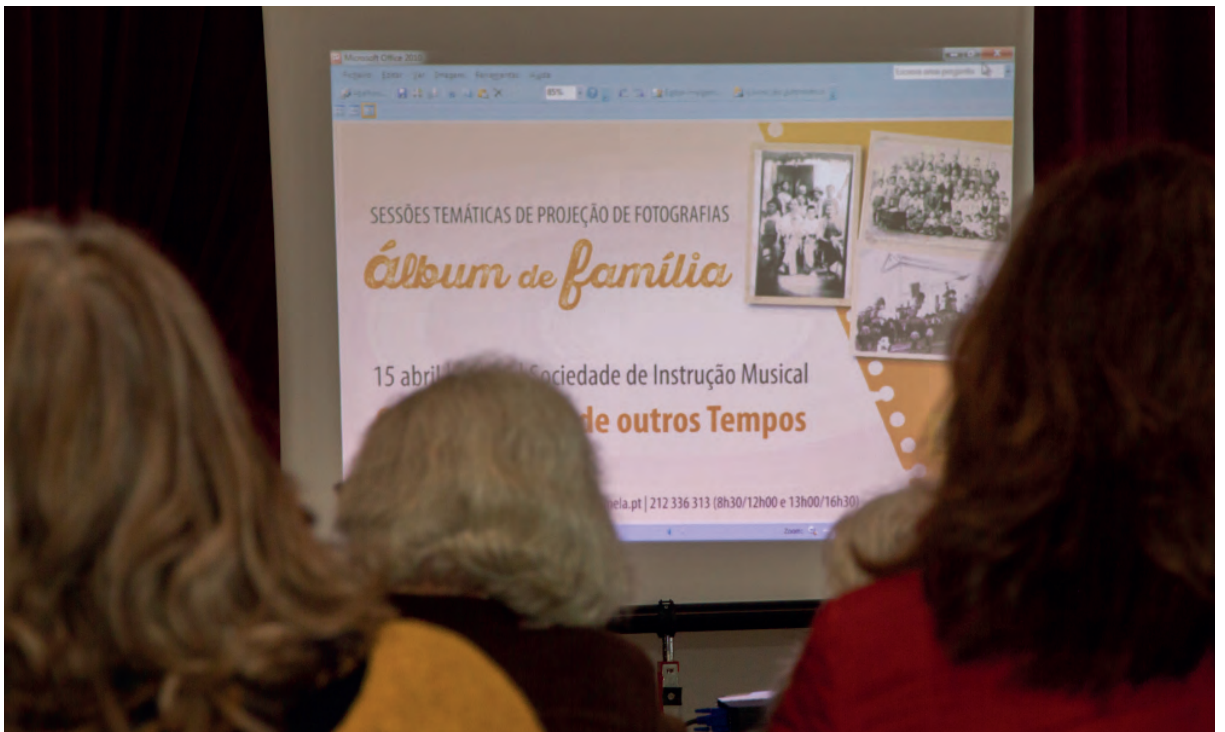
Em 2016, foram realizadas quatro sessões na freguesia de Palmela; em 2017, quatro sessões em Pinhal Novo; este ano, estamos na Quinta do Anjo, com o apoio da Sociedade de Instrução Musical (SIM), onde decorrem as sessões. No próximo ano, o foco estará na União de Freguesias de Poceirão e Marateca. Não obstante este calendário, é de notar que o projeto lhe sobrevive. Hoje, continuamos a receber contactos de pessoas nas freguesias onde já realizámos as sessões, num eco que se prolonga e que nos assegura que a nossa ação tem consequência.

É nosso intuito abranger todo o concelho, pelo que vamos caminhando de forma sustentada. Neste caminho, percorrido em conjunto, enriquecemos não só o espólio fotográfico do município, como ganhamos uma nova dimensão das pessoas que o habitam.

O lento folhear do álbum de família, ritmado por comentários que contextualizam as imagens, são passagens de testemunhos, de lembranças da memória coletiva que transmitem um denominador comum ao modo como cada um apreende o mundo.

Estas memórias ditas reclamam também silêncios. O silêncio das fotografias não comentadas revela o que a comunidade esqueceu ou não quer lembrar. São precisamente estas estórias, dos ditos e dos não ditos, que procuramos registar num cruzamento disciplinar que utiliza a fotografia como epígrafe.

Nesta perspetiva, o trabalho de recolha da memória oral vem abrir lugar ao indivíduo enquanto agente da história porque permite, por um lado, extrair parte das histórias individuais que contribuem para uma cronologia maior e, por outro, identificar e compreender o rumo dos acontecimentos a partir de vários pontos de vista. Falamos de um espaço de participação onde o anonimato é comutado por relatos na primeira pessoa, numa construção democrática da história e da memória coletiva.



Alexandre Freitas, Técnico superior da Biblioteca Municipal de Palmela

Ângela Camolas, Técnica superior do Arquivo Municipal de Palmela

Teresa Sampaio, Técnica superior do Museu Municipal de Palmela

BIBLIOGRAFIA

CONNERTON, Paul – *Como as sociedades se recordam*. 2.ª ed. Oeiras : Celta. 119.p.ISBN 972-774-020-0

FELIZARDO, Adair e SAMAIN, Etienne – A fotografia como objecto e recurso da memória. *Discursos Fotográficos*. ISSN 1984-7939. Vol.3, N.º 3 (2007), p.205-220

HALBWACHS, Maurice – *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 189 p. ISBN 85-7115-038-9

PRATS, Llorenç (2005) - Concepto y gestión del patrimonio local in *Cultura y Patrimonio. Perspectivas contemporaneas en la investigación y la gestión*, nº 21. Revista *Cuadernos de Antropología Social*: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires

Património concelhio em documentos

A infra-estrutura eléctrica em Palmela – os progressos e os custos da modernidade

Desafio colossais, o da implementação da infra-estrutura eléctrica no concelho de Palmela: inaugurada, com grande pompa e aparato, no dia 24 de Abril de 1938, mas cuja implantação plena demorou décadas. Só no pós-25 de Abril de 1974, com a instauração do poder democrático e o lançamento de um acelerado e vertiginoso programa de investimentos nas chamadas infra-estruturas básicas, o progresso conheceu o seu impulso derradeiro, com a luz a chegar efectivamente às várias periferias urbanas e rurais do concelho.

Desta marca histórica e emblemática para as populações do concelho, trata a exposição do Museu Municipal, inaugurada a 18 de maio, **80 Anos de Iluminação Pública Eléctrica – Palmela 1938. “Finalmente, a Luz!”**, cujo percurso expositivo integra um conjunto documental e patrimonial que propicia novas leituras sobre a história recente do concelho, neste caso, do período que vai genericamente de 1938 aos finais do século.

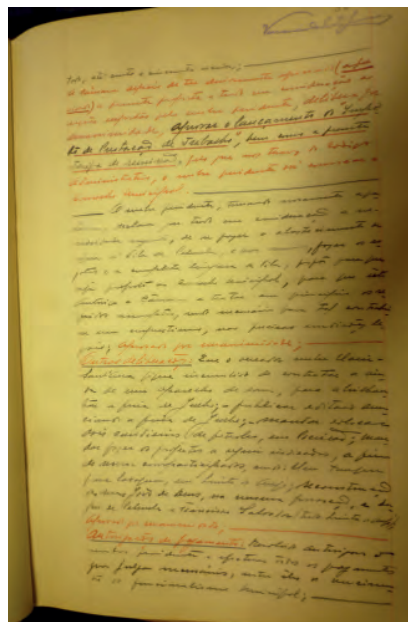
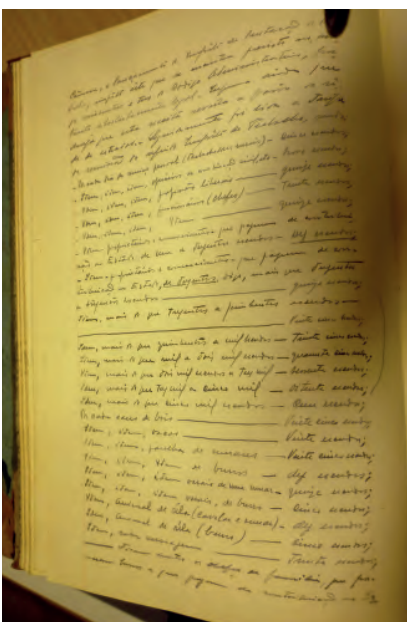
As fontes de natureza pública, consultadas no âmbito desta investigação, e no ciclo político iniciado em 1926 - ano da Restauração do Concelho -, nomeadamente, os documentos produzidos pela Administração Pública do Fundo documental do Arquivo Municipal (Actas e Livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal e Escrituras), mostram, ao longo das décadas seguintes, a implementação da luz eléctrica e do seu uso público, num discurso estribado nas melhores cores. O que não surpreende: aos poderes públicos e às forças que sustentavam o regime - apertado pela Guerra Civil espanhola e pela turbulência e crise internacionais -, interessava vincar o benefício e o arrojo de realizações como esta, servindo os interesses da nação e dos portugueses, trazendo-lhes o progresso, segurança e bem-estar.

O outro lado, bem menos colorido, aparece também plasmado nesse corpo de documentos produzidos pela Administração Pública (correspondência institucional diversa), onde se trava a complexa situação financeira a que, por exemplo, a Câmara Municipal de Palmela se sujeitou ao avançar para estes investimentos necessariamente exigentes e que expunham a magreza dos seus orçamentos.

As despesas com a iluminação avolumavam-se anualmente, mostrando que os encargos ultrapassavam em muito as capacidades financeiras das entidades envolvidas: a Câmara não cumpria as suas obrigações (pagar a electricidade consumida), e a empresa concessionária, União Eléctrica Portuguesa, recusava-se a fornecer a energia. Problema irresolúvel, como logo se percebeu, no final desse ano de 1938, passada a euforia dos festejos.

Acontece, pois, que a infra-estrutura eléctrica, que devia estimular o progresso, transformara-se num dos elementos a inviabilizar e tolher outros investimentos públicos, igualmente urgentes, ao agravar os «magros recursos e os encargos do frágil orçamento municipal», gerando assim, ao longo de mais de duas décadas, um quadro de dificuldades que quase paralisou o município, e que muito embaraçou quem o dirigia.

Voltando ao fim dos anos 30 e à sua conjuntura depressiva, importa lembrar que, em Abril de '39, com o fim formal da guerra civil em Espanha, há um alívio para o regime, já que o franquismo ganhou. Mas, logo em Setembro, a Alemanha nazi invade a Polónia e rebenta a Segunda Guerra Mundial, que, no país - e no mundo em geral -, se traduziu no agravamento brutal da carestia e no estabelecimento de políticas de racionamento duríssimas para a população, já tão depauperada por 'anos de chumbo'. Na área energética, regista-se um severo agravamento dos combustíveis (largamente importados), o qual trava toda a economia.



Proposta do Imposto de Prestação de Trabalho e Tarifa de remissão, apresentada pelo presidente da Câmara, que, «motivado pelos pesados encargos (...), especialmente agravados com a iluminação eléctrica (...), se vê obrigado a lançar o Imposto de Prestação de Trabalho nas diferentes actividades económicas e profissionais (...), previsto no Código Administrativo.» Deliberação da décima segunda sessão ordinária, realizada a 4 de maio de 1938. Livro de Actas da Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Câmara Municipal de Palmela

Em agenda...

7 julho, 4 agosto, 1 setembro, 13 outubro,
10 novembro

Visitas guiadas

10h00 | Igreja de Santiago (ponto de encontro)
Castelo de Palmela

14h30 | Chafariz de D. Maria I (ponto de encontro)
Centro Histórico da Vila de Palmela

Visitas orientadas por Dr. António Lameira, voluntário do Museu Municipal de Palmela
Duração: 1h30 (em cada período) | Frequência gratuita sob inscrição para patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 212 336 640
Limite de insc.: 15 (até às 12h00 da antevéspera do dia da visita)



EXPOSIÇÕES DO MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA

Até outubro | Espaço Cidadão (Lg. Mercado, Palmela)
A Oficina de Latoaria de Jorge Reis

13 outubro | 17h00
Espaço Cidadão (Lg. Mercado, Palmela)
Espaço Cidadão – o que a Arqueologia nos diz
Inauguração da exposição temporária

Entrada gratuita
Horário: 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª (8h30-17h30)
4.ª (8h30-18h30)
Org.: Câmara Municipal de Palmela
e Junta de Freguesia de Palmela



Até 28 fevereiro 2019 | Biblioteca Municipal de Palmela
Exposição 80 Anos de Iluminação Pública Eléctrica - Palmela 1938. "Finalmente, a Luz!"

Entrada gratuita
Horário: 3.ª, 5.ª e 6.ª (10h30-12h30 / 14h00-19h00) | 4.ª e sábado (14h00-19h00) | Encerra ao domingo, 2.ª, 4.ª (manhã) e feriados
Visitas guiadas com marcação prévia:
patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 212 336 640



6 outubro, sábado | Biblioteca Municipal de Palmela
Curso Castelos Medievais Portugueses: a Arquitetura Militar de Afonso Henriques a D. Dinis
Direção científica do Professor Mário Barroca, Universidade do Porto, no âmbito do Dia Nacional dos Castelos

8h45 - **Receção aos participantes**
9h15 - **Abertura do curso**
9h30 - **Os antecedentes: uma nova organização militar (2ª metade séc. XI e 1.º quartel do séc. XII)**
11h00 - **A arquitetura castelar no tempo de D. Afonso Henriques e o triunfo do castelo românico (do 2.º quartel do séc. XII aos finais da centúria)**
14h30 - **O contributo inovador das Ordens Militares (dos meados do séc. XII aos meados do séc. XIII)**
16h30 - **As reformas góticas: os castelos da Coroa (de Afonso III a D. Dinis)**



7 outubro, domingo
Visita orientada ao Castelo de Almourol

Condições de inscrição a divulgar proximamente

1 novembro, 5ª feira (feriado) Dia da Restauração do concelho de Palmela | 15h00
Inauguração do Núcleo Museológico Ferroviário na antiga Estação do Pinhal Novo

3 novembro, sábado | 10h30
Os azulejos da antiga estação ferroviária do Pinhal Novo no contexto da época e da arquitetura ferroviária
Visita-conferência pelo investigador José Meco

Entrada gratuita
Inscrição: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 212 336 640



Edições em destaque... Fundos documentais para consulta pública

GABINETE DE ESTUDOS SOBRE A ORDEM DE SANTIAGO (GEsOS)

GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo F. de Oliveira (Coord.) - *Os Dominicanos em Portugal* (1216-2016), "Col. Estudos de História Religiosa, 24", Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2018

TRIGUEIROS, António Miguel – *A viagem das insígnias. Valor e Lealdade*, Lisboa: edição de autor, 2017

KEMPIS, Herman, 1509-1518 - Regra: statutos & diffinições da ordem de Sanctiaguo., Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2009

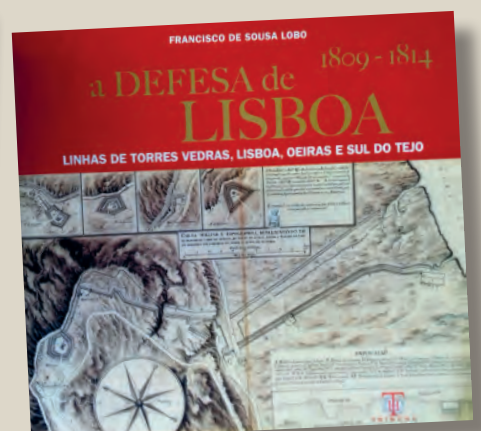
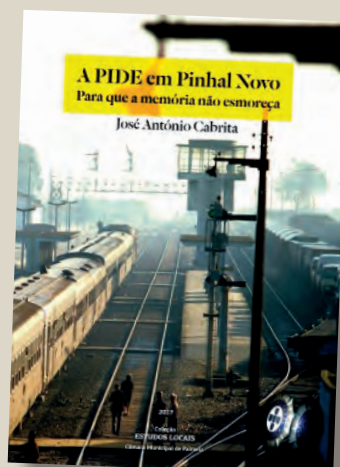


MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA

ASSIS, José Luiz – *Militares, Ciência e Técnica: circulação e trocas internacionais 1850-1918*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016

CABRITA, José António – *A PIDE em Pinhal Novo. Para que a memória não esmoreça*, Coleção Estudos Locais, Palmela: Câmara Municipal, 2017

LOBO, Francisco de Sousa – *A defesa de Lisboa. Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1804-1814)*, Cascais: Tribuna da História, 2015



SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | Em investigação... Percursos da Gaita de Foles no concelho de Palmela (Parte I)

5 | Em destaque... Da investigação científica à promoção turística do património arqueológico da Arrábida (concelho de Palmela):

PRARRÁBIDA – Valorização dos Sítios Arqueológicos

Os marcos geodésicos da ocupação e fruição da serra do Louro - o PROJETO ÓCUBO

Alcaria do Alto da Queimada. Os trabalhos de Valorização

Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela): um projeto de investigação e valorização arqueológica

10 | Património local... Álbum de Família

12 | Património concelhio em documentos ... A infra-estrutura eléctrica em Palmela – os progressos e os custos da modernidade

14 | Em agenda... atividades até novembro

15 | Edições em destaque... no GEsOS e no Museu Municipal – fundos documentais para consulta pública

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela / Divisão de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município, 2951-505 PALMELA
Telefone: 212 336 640 | e-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | **Coordenação editorial:** Coordenadora da área de Património Cultural da DCDJ/Museu Municipal | **Colaboram neste número:** Alexandre Freitas (Biblioteca Municipal de Palmela), Ana Catarina Sousa (UNIARQ/FLUL), Ângela Camolas (Arquivo Municipal de Palmela), Eduardo Porfírio (Palimpsesto, Lda.), Isabel Cristina F. Fernandes (Museu Municipal de Palmela), João Nunes (Palimpsesto, Lda.), Maria Leonos Campos, Maria Teresa Rosendo, Michelle T. Santos, Teresa Sampaio (Museu Municipal de Palmela), Rui Farinha (Divisão de Espaço Público-Câmara M. Palmela), Victor Gonçalves (UNIARQ/FLUL)
Design: Filipa Reis e Moura | **Impressão:** Regiset | **Código de edição:** 326/2018 (2000 exemplares) | **ISBN:** 927-8497-27-X | **Depósito legal:** 196394/03

Faz parte integrante deste número uma separata com um artigo de Maria Teresa Rosendo: *1926. Restauração do concelho de Palmela: uma vitória de todos os munícipes há 90 anos (2ª parte de duas)*